



Anais da Assembléia

N.º 38

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE MAIO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 36.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 2 DE MAIO DE 1979

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Edilson Alencar e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Germote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Renato Bueno, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Do Senhor Antônio Corrêa de Oliveira, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, comunicando que foi aprovada a indicação n.º 146, de autoria do Deputado Edmir Regis, solicitando um apelo aos Senhores Parlamentares, no sentido de que seja encetado um movimento de âmbito nacional com o objetivo de modificar a legislação que disciplina a criação de Municípios. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Lauro de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Radiodifusão do Estado do Paraná nos seguintes termos:

“O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão do Estado do Paraná, sensibilizado pelo alto apreço demonstrado por esta Casa do Povo, ao consignar em Ata o requerimento do ilustre Deputado Nestor Baptista, em sessão do dia 21 de março p. passado, “Voto de Congratulações aos Radialistas” atendidos recentemente com a Lei n.º 6615/78, regulamentadora de sua profissão, cumpre com o grato dever de, nesta oportunidade, externar os melhores agradecimentos a esta Presidência e demais ilustres Deputados por esta manifestação de apoio à categoria que representamos.” — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Geraldo Barbosa, Presidente da Câmara Municipal da Estância de Socorro — Estado de São Paulo, encaminhando cópia do requerimento n.º 25/79 nos seguintes termos:

“Requeiro, ouvido o Plenário seja oficiado às autoridades I.N.P.S. para medidas e estudos apropriados sejam tomados, no sentido de se reparar uma injustiça que é cometida pelos órgãos

assistenciais, com referência aos inválidos de nascença e que são carentes de recursos.” — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 14/79, do Senhor Manoel José Silva, Presidente da Câmara Municipal de Rio Claro — Estado de São Paulo, encaminhando cópia do Requerimento n.º 152/79 — de autoria do Vereador Mário Alem, cumprimentando ao Excelentíssimo Senador Orestes Quércia, por sua investidura no cargo de Presidente da Comissão para investigar o esvaziamento financeiro dos Municípios, augurando que sua Excelência empregue o melhor de seus esforços e de seu talento para que aquela Comissão consiga provar aos nobres componentes do Congresso Nacional, o crime que se está cometendo contra o Município Brasileiro e, portanto, contra a própria Pátria. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 06/79, do Senhor Arthur Matti, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São João — Estado do Paraná, encaminhando cópia do Requerimento n.º 05/79, do Vereador Máximo Debarba Martini, para que este Poder se empenhe junto ao Conselho Nacional do Petróleo para resolver o problema sobre os postos que não podem vender gasolina para os agricultores em vasilhas com menos de 100 (cem litros). — Ao conhecimento da Casa.

Telegrama:

Nos seguintes termos: “AGRADEÇO MANIFESTAÇÃO DE APOIO DESSA ASSEMBLÉIA PT INFORMO PROVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES SERÃO TOMADAS ATRAVÉS AUTORIDADES SETOR ECONÔMICO PT CORDIAIS SAUDAÇÕES — MINISTRO ANTÔNIO DELFIM NETTO”. — Ao conhecimento da Casa.

Ofício:

OFÍCIO N.º 24/19/GL/MDB

Curitiba, em 02 de maio de 1979.

Senhor Presidente.

Cumprindo solicitação regimental desta Presidência, comunico a V. Ex.ª, que é a seguinte a representação da Bancada do MDB, para compor a CPI da Universidade de Londrina:

Membros Titulares: Del Ciel, José Tavares, Fiori Luiz, Renato Bernardi.

Membros Suplentes: Waldyr Pugliesi, Nilso Sguarezi, Trajano Bastos, Nestor Baptista.

Na oportunidade, renovo a V. Ex.ª, os meus protestos de estima e apreço.

(a) NILSO SGUAREZI

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado um voto de congratulação à Federação Israelita do Paraná, pela passagem do 31.º aniversário da criação do Estado de Israel. Neste Ano de Paz, um Futuro de Paz.

O júbilo é nosso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, pois sabemos da participação direta de ilustre brasileiro que foi Osvaldo Aranha. Presidia então de 1944 a 1947 a Assembléia Geral da ONU que decidiu a criação do Estado de Israel. Osvaldo Aranha foi um articulador e defensor intransigente na criação do Estado de Israel que tem hoje uma densidade demográfica de 162,8 hab/km², além de seu pujante desenvolvimento industrial e cultural.

Pelo evento, cumprimentamos o valoroso povo israelita residente no Paraná e no Brasil.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à Federação Israelita do Paraná - FEIP, sita a Rua Nilo Peçanha, 664, nesta cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1979.

(a) JOÃO ELÍSIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de aplausos à "FOLHA DE LODRINA", pelo transcurso de seu 31.º aniversário, ocorrido no último dia 29 de abril p. passado.

Outrossim, requer ainda que dê-se ciência da decisão da Casa, àquele conceituado órgão.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ex.º Sr. Secretário da Educação, solicitando estudos para a instalação de uma extensão do ensino de 1.º grau (5.ª a 8.ª séries) na localidade de CAMPINA DO AMORAL, Município de Campo Mourão.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Ex.º Sr. Presidente da Câmara Municipal de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1979.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Campina do Amoral é um dos lugares do interior do Município de Campo Mourão que tem uma das maiores densidades demográficas, estando atualmente com quase 8.000 habitantes, e está atualmente com quase 60 alunos sem escola, por já terem concluído as primeiras séries do primeiro grau (1.ª a 4.ª séries).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Senhor Secretário dos Transportes, para retificação de traçado da rodovia que liga a sede do Município de Capitão Leônidas Marques ao Distrito de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de que atualmente esta rodovia não apresenta condições ideais de tráfego, e providências urgentes precisam ser tomadas no sentido de melhorar o traçado desta rodovia em virtude dela constituir-se na principal ligação do Município de Capitão Leônidas Marques, ligando os dois principais polos deste município, além de atender uma vasta região agrícola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Senhor Secretário dos Transportes, para retificação de traçado na rodovia que liga a sede do Município de Catanduvas ao Distrito de Três Barras, passando por Ibiracema.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Em virtude das obras de pavimentação asfáltica ora em

execução entre Catanduvas e Três Barras, a rodovia ora solicitada será uma opção de tráfego entre as duas localidades além de beneficiar uma das melhores áreas agrícola do Município de Catanduvas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a V. Ex.ª, após ouvido o Plenário desta Casa, seja enviado ofício ao Ex.º Sr. Nivaldo de Almeida, Secretário dos Transportes de nosso Estado, solicitando providências para a pavimentação da Rodovia Campo Mourão-Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1979.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

A presente rodovia já está incluída nos planos da Secretaria dos Transportes e ligará Campo Mourão-Cruzeiro do Oeste-Umuarama-Pontal do Tigre, conforme notícias veiculadas na imprensa local pelo Sr. Secretário dos Transportes, daí nossa solicitação, pois a mesma só tem a reforçar a necessidade de sua efetivação imediata, pois todos sabemos que essa é uma rodovia prioritária para a nossa economia, pois a mesma ligará, além da região de Campo Mourão, o Estado do Mato Grosso do Sul com o Porto de Paranaguá, o que trará benefícios incalculáveis para todo o Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Nivaldo Almeida Neto - Secretário de Estado dos Transportes - solicitando a ligação asfáltica, interligando os Municípios de Goioerê-Rancho Alegre-Juranda.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1979.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

O grande problema do produtor é conseguir que a produção agrícola chegue aos centros de consumo. Para esse fim, necessita de estradas, sempre em perfeito estado de conservação, a fim de que, com qualquer tempo, tenha condições de transportar o que produziu.

No intuito de atender a essa necessidade vital, o governo instituiu, faz alguns anos, os chamados "corredores de exportação". Mas, o que foi feito está muito aquém do que se torna preciso, por quanto muitas regiões, de reconhecida riqueza pela força do trabalho humano, ainda não estão sendo devidamente atendidas.

Exemplo dessa falha é, sem dúvida, a região intermediária entre a estrada estadual Toledo-Formosa do Oeste-Goioerê-Cianorte, e a denominada Estrada Estratégica. A parte que abrange Rancho Alegre e Juranda não conta com o benefício do sistema rodoviário implantado, não obstante a sua diversificada produção agrícola, compreenda desde o café até a soja, o trigo, o milho e o algodão, em volumes bastante consideráveis. Aquela zona tem o direito, pois, de exigir um tratamento mais justo e mais equânime, pelo fato de estar construindo riquezas que só engrandecem o Estado do Paraná.

Sabemos que o Governo do Estado possui, no momento, dois planos rodoviários principais. Um, de construção de estradas de primeira categoria em zonas geo-econômicas importantes. O outro, o de ir ao encontro às necessidades do fazendeiro e do sitiante, através de melhoramentos introduzidos nas estradas vicinais, sendo este último, um plano inspirado pelo Ministério dos Transportes.

Para a execução de um e de outro, o Governo Ney Braga está solicitando à Assembléia Legislativa autorização

para contrair empréstimos, no exterior, de algumas centenas de milhões de dólares.

Isto posto, e levando-se em consideração a indiscutível importância econômica da região a que aludimos, tomamos a iniciativa de sugerir ao Poder Executivo que, com base em qualquer dos dois planos rodoviários a serem executados, seja incluído o projeto de ligação, com asfalto, de Goioerê-Rancho Alegre-Juranda, até alcançar, no ponto mais conveniente, a Estrada Estratégica.

Se ouvidos este nosso apelo e esta nossa sugestão pelas autoridades estaduais competentes, benefícios incalculáveis serão levados às populações laboriosas da região, e o próprio Paraná será, por sua vez, beneficiado, porque estará facilitando o escoamento da prodigiosa produção agrícola local e, graças a isso, aumentando a receita do seu Erário.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 39/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Ao Diretor Geral, além das atribuições constantes do Decreto Legislativo n.º 573, de 29 de novembro de 1967, compete decidir sobre:

- I — pedidos de contagem de tempo de serviço;
- II — pedidos de concessão de vantagens decorrentes de adicionais por tempo de serviço;
- III — pedidos de retificação de nome.

Art. 2.º — As decisões a que se refere o artigo anterior serão tomadas no prazo máximo de dez (10) dias, contados da data do recebimento do processo.

Art. 3.º — Na hipótese de decisão em sentido contrário, no todo ou em parte, ao do parecer instrutório competente, o Diretor Geral encaminhará o processo acompanhado das respectivas razões, à consideração da Comissão Executiva.

Art. 4.º — Das decisões contrárias, no todo ou em parte, ao requerido, caberá pedido de reconsideração, pelo interessado à Comissão Executiva, no prazo de cinco (05) dias, contado da ciência do despacho.

Art. 5.º — As decisões sobre a matéria descrita no artigo 1.º, são formalizadas através de Portaria, numeradas e devidamente publicadas no Diário da Assembléia, para produzir os devidos efeitos legais.

Art. 6.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

BASÍLIO ZANUSSO

DOMÍCIO SCARAMELLA

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando o Movimento Democrático Brasileiro, pela voz do seu Líder, ocupou a tribuna desta Casa para comentar aspectos negativos da Lei 7.074, que dispôs sobre a organização da Procuradoria Geral do Estado, teve a informação de que o Governo a iria reformular e a iria colocar em posição de atendimento às justas reivindicações de toda a classe.

Isso porém, não ocorreu. E assim, estranhavelmente, a omissão que se nota, involuntária, sem dúvida, vem provocando uma apreensão entre os advogados do Estado, pois, cabendo, exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa de leis que versem sobre cargos e funções, consoante o artigo 25, parágrafo primeiro, letra "b", da Constituição Estadual, nada mais nos resta senão apelar e aguardar.

Animado, então, com a respeitável decisão proferida pelo eminente Juiz de Direito da 1.ª Vara da Fazenda Pública, Renato Alves de Souza, anulando, por sentença, malsinada lista de bacharéis indicados à classificação pelo anterior Procurador Geral do Estado e fundamentado na esperança de que se promova a imediata alteração da Lei 7.074, volto a falar.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Lei 7.074 contém este gravíssimo absurdo: aquinhoa com salários desiguais àqueles que prestam os mesmos serviços.

Explico melhor: pelo artigo 33, os procuradores de 1.ª classe deverão perceber Cr\$ 20.280,00 e os de 2.ª e 3.ª classes: Cr\$ 16.426,00.

Os advogados de 1.ª e 2.ª classes ganharão Cr\$ 13.140,00 e Cr\$ 11.826,00, respectivamente.

E quais são os encargos desses dignos profissionais?

Estes, nos termos do artigo 1.º da Lei 7.074:

"representar judicial e extrajudicialmente o Estado do Paraná, exercer as funções de consultoria jurídica ao Executivo, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, bem como atender à assistência judiciária gratuita".

Dispõe a Constituição da República que a todos os trabalhadores, sem distinção de sexo, cor e estado civil, ficam assegurados salários iguais para iguais serviços, conforme o artigo 165, inciso III.

E a Consolidação das Leis do Trabalho, imperativamente, assegura:

Artigo 5.º — A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual.

Essas duas regras estão sendo violadas flagrantemente e esta Casa não pode ficar alheia ao que está ocorrendo. Principalmente quando se sabe que perdura, ainda, dentro da carreira de procuradores do Estado uma odiosa discriminação ou seja, o direito de cento e cinco elementos poderem ser alçados aos mais altos postos e os demais ficarem marginalizados.

Por quê isso?

Para quê tentar-se a redução do número de advogados do Estado se, por exemplo, no interior faltam bacharéis para atender as repartições públicas e à assistência gratuita aos menos favorecidos?

Por quê admitir-se a instituição de uma casta? "Data vênica", Senhores Deputados, a vigilância desta Casa foi burlada quando se permitiu que entre mais de duzentos bacharéis ficassem relegados a um segundo plano a fim de que uns poucos subissem.

O ideal seria que, à semelhança de órgão do Ministério Público, existisse, em cada Comarca aonde houvesse um Promotor, também, um advogado público, com a finalidade de assistir às repartições estaduais e, também, atender aos pobres prestando-lhes serviços jurídicos gratuitos.

Ninguém pode negar que no interior os juizes lutam com dificuldades para conseguir um advogado que aceite ser nomeado para atender a um réu sem dinheiro.

E o Estado, rico e poderoso, nega-se a atender aos mais humildes chegando, até, a planejar, como planejou e consumou, a extinção gradativa da carreira de procuradores tomando o seu órgão próprio numa entidade de privilegiados.

O Judiciário Brasileiro, pelas mais autorizadas vozes dos seus dignos juizes, tem suprido lacunas insuperáveis das leis procurando adequá-las à realidade fática.

Agora mesmo, quando se pretendia atribuir a uma só pessoa o direito de classificar advogados, suprimindo-se um Conselho, surgiu um juiz corajoso, culto e honrado, que, concedendo mandado de segurança, anulou essa intenção a fim de que o direito fosse restabelecido em toda a sua grandeza.

Falo do eminente e culto Juiz de Direito, da 1.ª Vara da Fazenda Pública, Dr. Renato Alves de Souza, a cuja capacidade rendo as minhas homenagens. Faço-o estendendo as mesmas considerações a todos aqueles que sabem dignificar

como ele a toga que vestem.

Encerro aqui, Sr. Presidente, estas considerações na certeza de que as minhas palavras e as palavras da Justiça, encontrarão eco no Palácio Iguaçu, para onde eu as dirijo, a fim de que providências sejam adotadas acabando-se de vez com a odiosidade que hoje impera por força de um instrumento aparentemente legal, mas repleto de injustiças.

Que o Sr. Governador do Estado ouça as vozes de mais de duzentas famílias de advogados e que solucione o problema dessa nobre classe dando-lhe a configuração de dignidade que tão bem merece."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Soubemos, através do noticiário da imprensa local, que hoje, às 17 horas, começa a funcionar o Departamento de Trabalho do Paraná - DETEPAR. Digo soubemos porque segundo fomos informados, o responsável pela distribuição de convites para a solenidade, justamente o chefe designado para comandar o setor, achou por bem somente convidar elementos ligados à situação, digo, achou por bem somente convidar elementos ligados ao partido da situação, contrariando a chamada "abertura" do Presidente Figueiredo.

Mas, não é este o problema. Acontece que hoje o Sr. Carlos Alberto dos Reis Guimarães, se instala oficialmente como chefe do DETEPAR, cargo que já está à sua disposição, desde o dia 3 de abril, segundo publicação no Diário Oficial daquela data. Acontece que dias antes, precisamente no dia 23 de março, ele assinou um termo de continuidade na Coordenadoria do SINE, cargo que já ocupa há dois anos, sem falar no seu cargo da COPEL, onde participa como funcionário há, mais ou menos, 15 anos. Não posso afirmar se ele está recebendo vencimentos mensais dos três setores mas, tudo leva a crer que os vencimentos do SINE serão somados aos do DETEPAR.

Na verdade, enquanto o Governo afirma ser o homem a sua meta principal, não define bem quem é esse homem, pois na realidade o que estamos vendo é o cidadão brasileiro acumulando cargos e usando de mordomias destes cargos. Mordomias sim, pois levar os filhos para o colégio se utilizando de um carro oficial, é mordomia. Não é desta forma que se economiza dinheiro público.

E faço aqui um adendo dizendo que estou de posse de fotografias comprovando a mordomia, inclusive, do Corcel AQ-1071, com a marca do SINE afixada à porta, cujo carro leva diariamente os filhos do Coordenador Geral do SINE até o Colégio Bom Jesus, por volta de 14 horas, 14,30 horas, isso diariamente.

Se levar os filhos no carro oficial para o Colégio não é ilegal, pelo menos é imoral.

Estou solicitando através de requerimento, algumas informações junto à Secretaria da Indústria e do Comércio, visando buscar subsídios para futuros pronunciamentos, pois não posso crer nos números citados nos boletins do SINE, dando conta de que no ano de 1978 o órgão colocou 49.177 pessoas, com um percentual de 60% e no primeiro trimestre deste ano 1979, colocou 13.528 pessoas, com um percentual de 58%. Este último com um índice de 1 colocado para 1,72 de oferta.

Seria realmente maravilhoso se isso realmente acontecesse, pois na França, onde o sistema de emprego é dos mais desenvolvidos, a média é de quadro por um.

Pergunto então, onde estão colocados tantos trabalhadores, se o próprio Boletim do SINE informa que na maioria dos núcleos habitacionais de Curitiba existe, pelo menos, 20% de desempregados. Se a própria Associação de Empregados da

Cidade Industrial de Curitiba informa que as firmas lá existentes dispensaram mais de 600 trabalhadores nas últimas semanas, alegando uma série de fatores. De que forma o SINE está colocando empregados? Seria novamente ou somente através de estatísticas? Fica a nossa pergunta, registrando o pedido de informação no qual eu solicito 10 indagações. (Lê o requerimento, solicitando informações).

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Secretário da Indústria e do Comércio, solicitando informações oficiais a respeito do Sistema Nacional de Emprego, e também, do DETEPAR, conforme indagações abaixo discriminadas:

1 — Qual a estrutura administrativa do SINE e quanto recebe mensalmente o seu diretor (coordenador geral)?

2 — Sendo o SINE um órgão vinculado ao Ministério do Trabalho, de que forma é feito o pagamento dos seus funcionários?

3 — Com a criação recente do DETEPAR, ficou o SINE como um de seus componentes. Sendo seu atual coordenador geral escolhido para a Chefia do DETEPAR, ficará ele acumulando cargos ou será nomeado um substituto para o setor?

4 — Segundo o próprio jornal do SINE, em sua página 12, do boletim n.º 188, existe um total de 20% de desempregados nos núcleos de Vilas Oficinas, Vila Pompéia, Nossa Senhora das Graças, São Carlos e COHAB. De que forma então está sendo feito o aproveitamento deste pessoal junto ao PROPAE (Programa Paranaense de Emprego)?

5 — Quais as firmas que mantêm convênio com o SINE e qual o número exato de colocações até aqui efetuadas?

6 — Existe controle por fichário de todos os empregados colocados pelo SINE? Onde ficam arquivadas tais fichas?

7 — Qual o total da verba destinada pelo Governo Federal ao SINE e qual a verba destinada pelo Governo Estadual ao mesmo órgão?

8 — De que forma é distribuída a verba total recebida pelo SINE?

9 — Considerando que no Diário Oficial do dia 03 de abril de 1979, foi publicado Decreto n.º 195, nomeando o Sr. Carlos Alberto dos Reis Guimarães para o cargo de Chefe do Departamento do Trabalho (DETEPAR) da Secretaria da Indústria e do Comércio; considerando ainda que somente hoje tal Departamento começa a funcionar oficialmente, com a posse de seu titular, pergunto: à partir de que data o Chefe deste setor (Símbolo DAS-5) estará recebendo seus vencimentos?

10 — Em caso de confirmação da permanência do atual diretor (coordenador) do SINE nos dois cargos (SINE e DETEPAR), ficará ele recebendo duas verbas de representação e as mordomias dos cargos?

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1979.

(a) MÁRIO CELSO"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Retornando da minha região de origem, gostaria desta tribuna, registrar um ato no mundo dos esportes, de muita importância para Foz do Iguaçu, Oeste do Paraná e porque não dizer para todo o esporte brasileiro. Realizou-se na cidade de Foz do Iguaçu, a primeira olimpíada denominada Itaipu, uma promoção do Consórcio UNICON-CONEMPA, que constrói aquela hidrelétrica.

Esta promoção realizou-se entre 14 de abril a 1.º de maio, com 750 atletas, esta promoção foi para a comemoração do Dia do Trabalho. Nós não podíamos deixar de registrá-la, pelo apoio

e o incentivo recebido das autoridades ali presentes.

Entre elas, a maior autoridade no esporte mundial, estava lá presente o Presidente da FIFA, Dr. João Havelange, que pessoalmente fora encerrar aquela Olimpíada de Itaipu, dando através de sua palestra, o incentivo a todo o esporte brasileiro, e solicitando que aquela organização repetisse aquele evento, todos os anos que pudesse, em benefício do nosso esporte. Além do Dr. João Havelange, a maior autoridade ali presente, estava o Secretário de Cultura e Esporte do Estado do Paraná, o nosso companheiro, Deputado Luiz Roberto Soares, bem como, o Deputado Júlio Cezar, Secretário de Cultura, Esporte e Turismo do Governo de Santa Catarina; do Engenheiro Júlio Coutinho, Secretário de Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Carlos Scheck, Presidente da Cadeia de Jomais, Rádio e TV "El País", do Uruguai.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para os Senhores terem uma visão melhor, do evento acontecido no meu município, o Município de Foz do Iguaçu, que de tamanha importância, foi registrada, o incentivo para que todos os municípios vizinhos da nossa região, procurem no próximo ano, participarem desta magnífica festa, realizada em Foz do Iguaçu sob o patrocínio do Consórcio UNICON-CO-NEMPA, que está nos ajudando no lazer daqueles que constroem a hidrelétrica de Itaipu, de toda a população de Foz do Iguaçu, e da nossa região.

Era este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso registro nesta tarde.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso). — Concedo a palavra ainda no Pequeno Expediente, ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia vinte do mês passado, o Sr. Deputado Nestor Baptista ocupou a tribuna, no Pequeno Expediente, para repudiar a atitude do Superintendente do INPS, Sr. Maurício Moura, por ter exonerado do cargo de Assessor de Imprensa, do INPS, um jornalista, para colocar em seu lugar um sociólogo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não pretendo aqui, absolutamente, fazer a defesa do Superintendente do INPS, Sr. Maurício Moura; mas apenas corrigir uma injustiça porque, talvez mal-informado, o Sr. Deputado Nestor Baptista, fez afirmações que não correspondem à realidade. Porque tive a curiosidade, — por conhecer a pessoa nomeada como Assessor de Imprensa lá no INPS, de verificar se realmente havia sido exonerado um jornalista para, em seu lugar, ser nomeado um sociólogo.

Pude verificar, Sr. Presidente, que conforme publicação no "Diário Oficial" da União, de 28 de março de 1979, — foi exonerado do cargo de confiança da Coordenadoria Regional de Comunicação Social, do Gabinete da Superintendência do INPS, a Sra. Célia Maria Schultz Brandt, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Referência 23. E não jornalista, Sr. Presidente e Srs. Deputados, conforme se veiculou nesta Casa.

Por não contar em seus quadros, com um técnico em Comunicação Social, é que a Administração do INPS, usando de um direito que lhe assiste, pois o cargo é de confiança, nomeou um cidadão que, efetivamente, é sociólogo de carreira; sem que, todavia, se tivesse exonerado um jornalista para em seu lugar, nomear um sociólogo.

Faço estes esclarecimentos à Casa, em primeiro lugar, pelo respeito que bem merece o Sr. Deputado Nestor Baptista e, em segundo, como já disse, não ser a minha intenção fazer a defesa do atual Superintendente do INPS, — que nem o conheço, mas apenas fazer a defesa daquela pessoa nomeada que também não é técnico de Comunicação Social, porque não concluiu ainda o seu curso, mas esta pessoa não preteriu nem um jornalista, conforme se anunciou aqui na Casa. — (Sem

revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. RENATO BERNARDI — Está na reunião da Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate. — (Ausente).

No Grande Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz. — (Ausente).

Deputado Nestor Baptista. — (Ausente).

Como não está inscrito, mas nos solicitou a palavra, nós vamos concedê-la ao Sr. Deputado Lineu Turra. — (Ausente).

Consulta à Liderança da ARENA se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, estou inscrito para falar no Grande Expediente e como não há oradores, gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Atendendo a uma sugestão deste parlamentar, a Presidência deste Poder convidou o Secretário da Educação para estar presente à reunião realizada na última quinta-feira, nesta Casa, da Comissão de Instrução Pública, com a finalidade de abordar questões da educação paranaense, e, particularmente, os problemas que envolvem atualmente uma das mais caras e importantes instituições universitárias do Paraná, a Universidade de Londrina.

Eu gostaria de, nesta sessão, comentar a reunião que foi realizada pela Comissão de Instrução Pública, com a presença do Secretário Edson Machado. E, inicialmente, destacando a coerência de atitudes do Sr. Secretário, que se mostrou receptivo ao entendimento, à discussão e ao diálogo, quando esteve em Londrina, e que, sem outras formalidades, anuiu ao convite desta Casa, feito 3 horas antes da reunião marcada pelo Presidente da Comissão de Instrução Pública, Sr. Deputado Del Ciel.

Durante aproximadamente seis horas, com uma interrupção de, aproximadamente, quinze minutos, o Sr. Secretário da Educação discutiu com Parlamentares dos dois partidos, membros e não membros da Comissão de Instrução Pública, sobre a crise da Universidade, de Londrina.

É justo ressaltar, em primeiro lugar, a impressão que causou o Secretário da Educação, pela tranquilidade, pelo conhecimento de causa, pelo bom senso, usado em todas as suas colocações, fazendo com que todos os Parlamentares ficassem inteiramente à vontade para que questões, as mais diferentes do problema, fossem levantadas.

O simples fato de termos, nesta Assembléia, o responsável pela Pasta Educacional, quer me parecer seja um dado importante de que existe, realmente, um clima para diálogo, para entendimento; um clima que nos conduza à concórdia, neste problema de Londrina, em particular. Porque, a pré-disposição é encontrar uma solução alta que consulte, não a interesses individuais, mas consulte realmente aos interesses superiores da própria Educação.

É durante essas quase seis horas, Sr. Presidente, o Secretário Edson Machado, em todos os momentos, deixou transparecer a possibilidade e a perspectiva de um entendimento com os médicos que foram demitidos, sem justa causa, com amparo na Consolidação das Leis do Trabalho, e que passaram a liderar um movimento reivindicatório junto à Universidade Estadual de Londrina.

Entendíamos, quando fazíamos a proposição desta tribuna para que o Sr. Secretário viesse a esta Casa, que a Comis-

são de Instrução Pública, como órgão técnico permanente da Assembléia Legislativa, deveria ocupar todos os mecanismos ao seu alcance, para que a solução fosse encontrada o quanto antes possível. Mesmo que já soubéssemos da intenção formalizada um pouco depois de nosso pronunciamento, da constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, formalização que afinal, ocorreu naquela mesma sessão de quinta-feira passada.

Ainda assim, julgávamos importante a participação dessa comissão no episódio.

Devo manifestar hoje, que fico profundamente feliz, com o interesse, com o empenho de eminentes Srs. Deputados desta Casa, que ficaram até à meia-noite, aqui, trabalhando exaustivamente, investigando, perseguindo todos os caminhos que pudessem abrir novos horizontes para que a crise fosse, afinal resolvida.

Ouvimos, com uma generosidade que, realmente, deve ser destacada, pela paciência e pela tranquilidade, uma exposição ampla do Sr. Secretário de Educação do Estado.

Srs. Deputados, se não tivéssemos nada mais a dizer neste pronunciamento, por uma questão de justiça, o simples fato de reconhecer, desta tribuna, a capacidade do Secretário escolhido pelo Governador Ney Braga, já me parece ser profundamente gratificantes para um setor da sociedade tão carente de homens competentes, tão carente de homens com conhecimento de causa, tão carente de homens preparados para a missão maior que deve tocar a humanidade, nos dias de hoje. Quando nós falamos em educação, nós falamos no presente, e nós devemos responder pelo futuro. E tivemos uma sobeja demonstração de que, a Pasta Educacional está entregue realmente a um profundo conhecedor de todos os assuntos ligados à área educacional do Governo do Estado. E devo, aqui, manifestar o meu posicionamento pessoal, porque não me surpreendi com o que ouvi, porque tivemos, logo nos primórdios da atuação de Edson Machado à frente da Secretaria da Educação, uma ação reclamada, implorada, chorada até, por centenas de professores que buscavam a sua remoção para a sua cidade de origem, depois do último concurso promovido, em tão boa hora, pelo Governo do Estado, Sua Excelência atuou no episódio, com moderação, com segurança e com convicção de que deveria determinar, realmente, a possibilidade do retorno ao município de origem de professoras e professores que se afastaram de sua sede, às vezes somente para atender a uma conveniência profissional, deixando de lado os valores familiares que devem pesar em qualquer decisão.

Esperávamos, portanto, exatamente, este comportamento do Secretário da Educação, quando convidado a comparecer a esta Casa, para uma reunião da Comissão de Instrução Pública, e também ouvimos, diante de tantas ponderações, diante de tantos fundamentos, de tantos argumentos, ouvimos a reafirmação de uma posição do Secretário, como representante do Governo do Estado naquela reunião, de que, de sua parte, todos os esforços seriam feitos para que fosse encontrada a solução esperada por todos os interessados neste problema. E houve, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a meu ver, uma vitória deste Poder com a presença do Secretário Edson Machado nesta Casa.

Convidado sem nenhuma formalidade, convidado telefonicamente, logo aquiesceu ao convite do Presidente da Casa, chegando aqui às 16,30 horas, para participar de uma reunião iniciada depois da Sessão Plenária, às 18,00 horas e ficando nas dependências desta Assembléia, até às 24,00 horas. E não tenho dúvida de que, o desdobramento desta questão com a interposição de um recurso por parte dos professores atingidos pelo ato de demissão da Reitoria da Universidade de Londrina, esta formalização do recurso interposto ao Conselho Universitário, tem uma ligação muito grande com a atitude que adotou esta Casa, porque, aqui, exercemos um direito nosso, de fazer valer os nossos posicionamentos políticos e, numa crise como esta em que a solução política parece ser a mais viável, seria por de-

mais oneroso para este Poder, deliberadamente, se omitir quando tinha, como ainda tem, a obrigação de atuar e atuar incisivamente em todas as questões envolvendo o Paraná.

Hoje, a Comissão de Instrução Pública tem uma nova reunião. Continua, aliás, com o caráter de permanência, reunida esta Comissão. E, se louvo a atitude do Secretário da Educação, por uma questão de justiça, e se cumprimento o Governador Ney Braga pela feliz escolha que fez para um setor tão importante da educação estadual, quero, também, louvar o interesse de vários dos Srs. Parlamentares, que, permaneceram nesta Casa, também, até à meia-noite, todos ficamos atentos à exposição do Secretário, fazendo indagações, perquirindo e procurando participar efetivamente de uma solução, uma solução cuja paternidade nós não queremos para a Assembléia — como certamente o Secretário não quer, para a sua Pasta — mas, uma solução cuja paternidade será a relevância social de que se reveste, o que é muito mais importante para todos nós. E confesso que, sempre renovarei esta minha felicidade em momentos que eu puder viver nesta Assembléia, tantas e tantas horas de trabalho, trabalho produtivo, trabalho sério, trabalho responsável, porque foi exatamente esta a missão que nos confiou a população do Paraná.

Seremos felizes sim, procuraremos ser mais felizes ainda, quando pudermos fazer uma avaliação de toda contribuição que esta Casa vier a oferecer para o processo político-administrativo, para o seu aperfeiçoamento, para o bem-estar da população, para que todos vivamos, enfim, com tranquilidade e dentro de um clima de desenvolvimento compatível com aspirações legítimas de nossa população.

O Sr. Del Ciel — Eminente Deputado, me concede um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concedo o aparte ao eminente Deputado.

O Sr. Antônio Del Ciel — O Presidente da Comissão de Instrução Pública a quem eu rendo, neste instante, a minha homenagem, pelas providências prontas e imediatas tomadas por ocasião da convocação dessa Comissão Técnica, na última quinta-feira.

Felicitó o eminente parlamentar, pelo efetivo aproveitamento do grande expediente desta Sessão, para rememorar a grande reunião, o grande encontro dos parlamentares desta Casa, com o eminente Secretário de Estado da Educação.

Podemos realmente, e justiça se faça, sentir e conhecer o valor, a capacidade e conhecimento de causa, do homem, a quem o atual Governo do Estado do Paraná, confia os destinos, do nosso entendimento, no setor que deve realmente gozar da maior prioridade de um Governo responsável, setor educacional.

Sinto-me, eminente Deputado Airton Cordeiro, assim como Vossa Excelência e todos os eminentes Senhores Deputados que participaram daquele encontro e que se fizeram presentes várias vezes na tribuna deste Parlamento, assim como o eminente Secretário da Educação, deverá ter plena consciência, como tem estou certo, de que todos nós fomos veículos indutores, todos nós buscando a solução para o movimento eclodido em Londrina, induzimos este Poder e o Poder Executivo, através do Sr. Secretário da Educação, aos docentes para que impetrassem recurso junto ao conselho Universitário.

Vi e conquistou até mesmo o nosso respeito e a nossa admiração, mas me preocupo, eminente Deputado Airton Cordeiro, que possa estar havendo extravazamento de poder e a criação de um super-secretário que indevidamente poderia estar interferindo na pasta que não lhe compete. Refiro-me ao Secretário da Saúde, Oscar Alves, ex-Reitor da Fundação Universidade Estadual de Londrina.

Permita-me Deputado que me alongue um pouquinho mais neste aparte, tão somente para posicionar esta nossa preocupação.

Os docentes atendendo ao apelo da Comissão de Instrução Pública, da Comissão Especial desta Casa, deste Poder e do Secretário, através do eminente Secretário da Educação, encaminharam o recurso ao órgão competente da Universidade Estadual de Londrina e ficamos surpresos, por constatarmos que no dia que antecedia a reunião do Conselho Universitário, que deve decidir com independência e probidade, que o Secretário Antônio Fiori, assessor, melhor dizendo do Sr. Secretário da Saúde, Oscar Alves, transitava desesperadamente em Londrina em busca de contatos com os eminentes Conselheiros que decidiriam o recurso encaminhado pelos docentes punidos na Universidade Estadual de Londrina. Deveremos tratar deste assunto, na reunião da Comissão de Instrução Pública, logo mais; e, oportunamente viremos também à tribuna deste Parlamento, num Grande Expediente, assim que surja a oportunidade para realmente mostrar à Casa, aos eminentes Parlamentares e ao Paraná, as grandes barreiras que não estão residindo na vontade do Sr. Secretário da Educação, nem mesmo na vontade dos docentes da Fundação Universidade Estadual de Londrina, mas uma barreira que deve ser transposta porque interfere, indevidamente, naquele setor.

Muito obrigado, eminente Deputado Airton Cordeiro; felicito-o pela sua presença na tribuna e pela grata lembrança da extensão do convite para que iniciássemos os trabalhos da Comissão de Instrução Pública com o brilhantismo que se deu naquela tarde-noite, certamente, permanecerá nos Anais desta Casa, honrando este Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço o aparte do Deputado

Del Ciel. Continuando o meu raciocínio sobre esta questão, entendo que é oportuno, neste instante, que todas as partes envolvidas neste controvertido assunto, parem um instante para fazer uma meditação. A partir do momento em que mesmo prescritos os prazos para interposição de recurso, o Conselho Universitário da Fundação Estadual de Londrina, ao conhecer desses recursos, dá, sem dúvida, uma manifestação de boa vontade e, ao mesmo tempo, é oferecida a oportunidade que há de ter, sempre, o resguardo legal da ampla defesa, necessária em quaisquer circunstâncias, necessária para que, se não é possível ao homem aplicar uma Justiça perfeita, possa ao menos, aplicar essa Justiça com muita aproximação desta perfeição, ou quem sabe digo eu com maior propriedade — com menor grau de imperfeição; e, é esta oportunidade que está aberta, hoje, aos recorrentes. Aqueles que, enfim, se utilizaram de um expediente legal, de um direito assegurado pelo Regimento Interno da própria Universidade.

E se fazíamos um apelo para que fosse interposto o recurso, se fazíamos o apelo para que houvesse, da parte do Conselho, uma atitude de reconsideração, quando nós vemos evoluir para uma solução esta crise, é muito mais oportuno o momento para que estimulamos o espírito de renúncia, a válvula aberta para o entendimento maior e para a grande conciliação.

E tenho certeza de que ainda este assunto será objeto de outras tantas posições políticas, nesta Casa e, quem sabe até, possamos contribuir para o aperfeiçoamento do próprio Regimento que é a Carta Estatutária a dirigir os destinos daquela Universidade.

Era este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o registro que gostaríamos de fazer na Sessão de hoje, horas antes de uma nova reunião da Comissão de Instrução Pública, horas depois em que foi aberta uma clareira no cipoal que estava a envolver a crise da Universidade de Londrina.

Não queremos caracterização de vitoriosos; mas, reivindicamos, para a juventude do Paraná, o direito de estudar com tranquilidade, sem perturbações e sem radicalizações.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Consulto à

Liderança da ARENA, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, o Sr. Deputado David Cheriegate usará a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Retomo à tribuna desta Casa no momento em que a Nação se vê a braços com o cruciante problema do combate à inflação, considerada pelo eminente Presidente JOÃO BAPTISTA DE FIGUEIREDO como prioridade um, nesta primeira etapa de seu Governo, ou seja, o maior desafio de uma conjuntura adversa, que veio tomando corpo nos últimos anos por uma complexidade de fatores de ordem interna e externa, amplamente conhecida.

A gravidade do problema não se esgota apenas nas suas implicações econômicas e sociais, que encorajaram um legítimo surto de greves — algumas delas embora configuradas como ilegais, o que vale dizer caracterizadas como movimentos de desobediência civil — sujeitas a comprometer não só setores essenciais mas também, e principalmente, o processo de abertura política que visa alcançar no País, a curto e médio prazo, a plenitude constitucional e democrática de um autêntico Estado de Direito.

O Paraná assiste, inquieto, o desenrolar desse quadro de perturbações, que afetam basicamente as camadas mais humildes da população e, por extensão e contágio, o setor rural e o empresário agrícola. Estes estão sendo os primeiros chamados a dar sua contribuição — pela capacidade e rapidez para responder ao apelo da Nação no sentido do aumento da produção — no abastecimento dos grandes centros de consumo, no fornecimento de insumos ao parque industrial e na ampliação das exportações.

O Ministro DELFIM NETO, da Agricultura, percorre o País, afirmando em todos os lugares que o Governo financiará tudo que for plantado e comprará tudo que for colhido, no mesmo tempo em que anuncia uma série de medidas destinadas a estimular os agricultores para ampliar a área cultivada, e elevar os índices de produtividade, a fim de que o aumento das safras, para uma oferta adequada dos produtos básicos de consumo, possa influenciar no sentido da baixa dos preços, já que os reajustes de salários, da grande maioria que vive de rendimentos fixos, chegou aos seus limites extremos. Além desse limite, os reajustes serão fitícios.

Causa estranheza, no entanto, o que se tem visto com certa frequência, criando não raro reações revoltantes, com relação a certos produtos oriundos da agricultura. São produtos que desapareceram do mercado, ou, o que é pior, são jogados fora, por não poderem ser vendidos, senão com prejuízo, abaixo dos preços de custo. O fato é decorrência de uma deformação estrutural no processo de escoamento e comercialização, que intercepta, no nível do intermediário o incremento dos preços a serem pagos pelo consumidor final, impedindo que este incremento chegue ao produtor. Desestimulado, ele produz cada vez menos.

O Paraná é predominantemente um Estado de pequenos produtores, como consequência de uma intensa distribuição da terra, que faz dele uma das regiões do País geralmente apontadas como modelo de democratização da propriedade rural. Ocorre, no entanto, que pela própria dimensão reduzida dos estabelecimentos agrícolas, o pequeno produtor sofre de uma debilidade econômica individual para se organizar como empresa, a fim de participar dos benefícios da lei da oferta e da procura, que segundo se sabe, ainda não foi revogada, a despeito da existência de monopólios e oligopólios operando no mercado brasileiro. Não tendo recursos nem condições para reter ou armazenar e guardar a venda, a produção afluente no momento das grandes

colheitas em volume demasiado ao mercado, determinando a queda dos preços, não raro financiados a níveis irreais, em benefício dos intermediários, que passam a manipular a alta ao chegar com ela ao consumidor final.

Entre os diversos meios para corrigir essas, e outras distorções, um dos instrumentos mais eficazes é, sem dúvida, o cooperativismo, capaz de reduzir as vulnerabilidades a que o pequeno produtor está exposto, uma vez que ao quebrar o isolamento e reduzir a debilidade do produtor individual, pela união e cooperação de muitos, promove uma mudança nas dimensões da oferta e da procura na hora em que a produção é levada ao mercado.

Neste caso, o simples tamanho é importante, uma que conduz ao que se chama de economia de escala, tornando vantajoso instalar-se uma organização de produção razoavelmente aperfeiçoada. A maneira como o produtor, ou mesmo o consumidor isolado, se organiza é de grande significação. A Cooperativa se situa, entre a empresa de propriedade individual e a sociedade anônima, como aquela que muitos tratam chamam de autêntica "democracia econômica", pela peculiaridade de ser uma sociedade de pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens e serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro, distinguindo-se, entre outras, pelas seguintes características: limitação do número de quotas do capital para cada associado; singularidade do voto e "quorum" para funcionamento e deliberação da assembléia geral baseado no número de associados e não no capital; retorno das sobras líquidas anuais proporcionalmente às operações realizadas pelo associado; neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial ou social; área de admissão dos associados limitada às possibilidades de controle, operações e prestação de serviços.

De acordo com seu funcionamento regular, a cooperativa restitui aos produtores, ou consumidores, os lucros, os resultados, que de outra maneira, iriam para o intermediário. O capital tem a característica da responsabilidade limitada e, em caso de fracasso da cooperativa, nenhum associado perde mais do que investiu. Além disso, a cooperativa goza de determinadas vantagens tributárias, já que a operação de recebimento e venda dos produtos de seus associados não se caracteriza por um ato de comércio e, além disso, seus "lucros" - para usar esta expressão entre aspas - são tratados legalmente como poupanças de seus membros em vez de lucros comerciais. Daí não estarem sujeitas ao imposto de renda da pessoa jurídica, nos casos em que não operem com terceiros, estranhos ao quadro social. Conta, por outro lado, com sistema próprio de crédito oficial para o financiamento de suas atividades.

A legislação brasileira que regula as atividades das cooperativas, proporcionando-lhe apoio e incentivos, autoriza a cooperativa de vendas em comum a registrar-se como armazém geral."

O Sr. João Mansur - Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Sr. Deputado David Chierigate, quero congratular-me com Vossa Excelência, quando, nesta tarde, faz este pronunciamento sobre a luta que o Governo vem enfrentando no combate à inflação. Assunto que vem preocupando o Brasil inteiro. Mas confesso a Vossa Excelência, Sr. Deputado, que acompanhando os ensaios que o Governo vem fazendo no sentido de conter a inflação, até o momento ainda não encontramos medidas que, realmente venham trazer resultados que todo o País espera.

E veja, nobre Deputado, que a cada trinta dias, sobe o preço dos veículos. E que agora ainda, para este mês, já se fala em novo aumento de dez a doze por cento à gasolina, e de dezoito a vinte e três por cento do óleo diesel. Num País

que como Vossa Excelência, rodoviário que é, sabe melhor do que eu, oitenta por cento do nosso transporte é feito sobre rodas de caminhão, estes aumentos irão, conseqüentemente, gerar um aumento de preço principalmente nos produtos agrícolas; elevando, cada vez mais, o custo de vida e sacrificando, cada vez mais o assalariado.

Portanto, Sr. Deputado, todos nós estamos enganados nesta luta mas confesso que, até o momento, o Governo tem solicitado e através das primeiras medidas que tem tomado, o sacrifício, o empenho do povo brasileiro, mas ainda não vimos, da parte do Governo, medidas reais que venham de encontro a este combate da inflação.

E Vossa Excelência sabe tanto quanto eu, que talvez estes aumentos concedidos à indústria automobilística, periodicamente, quase que a cada trinta dias, talvez seja porque o Governo tem, na indústria automobilística, uma das maiores fontes de receita; porque hoje um carro deixa à União, quando sai da fábrica, mais de cinquenta por cento de seu valor em impostos. Por isto, Sr. Deputado, quero congratular-me com Vossa Excelência nesta tarde, quando aborda este assunto tão importante, assunto que todos nós, todos os brasileiros, estão empenhados. Mas confesso que, até o momento, ainda não vi medidas concretas do Governo, para que venha fazer face a este perigo que vem rondando todos os lares brasileiros.

Era o aparte de colaboração que queria dar a Vossa Excelência.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Pois não. Agradeço o aparte do Sr. Deputado João Mansur e gostaria de pedir a licença de todos para continuar este meu breve relato: (Continuando): "E, nessa condição, expedir conhecimentos de depósitos e "warrants", além de outros títulos decorrentes de suas atividades normais. Esses armazéns são equiparados aos Armazéns Gerais, com as prerrogativas e obrigações destes, podendo operar unidades de armazenagem, embalagem e frigorificação, bem como armazéns gerais alfandegados.

Por tudo que aqui se disse, o cooperativismo é, neste momento, uma das alternativas de maior validade para dar a sua contribuição numa organização racional da produção e da comercialização, como uma das soluções de maior importância no esforço nacional de combate à inflação, de melhoria dos níveis de renda e do aumento da renda real pessoal, especialmente no meio rural, entre milhares de pequenos produtores.

Nosso Estado já apresenta grandes exemplos de organizações cooperativistas que estão prestando os mais assinalados serviços ao setor agropecuário.

Muitas vezes, o combate que essas organizações sofrem por parte de setores empenhados em desmoralizar o movimento cooperativista reflete interesses ocultos de grandes empresas intermediaristas e, em particular, das multinacionais que operam no setor, desejosas de melhor explorar a debilidade individual do homem do campo, fazendo deste País o inferno dos produtores, o paraíso dos intermediários e, - por que não dizer? - o purgatório dos consumidores.

Eis porque, desta tribuna, quero transmitir meu veemente apelo às nossas autoridades governamentais, bem como à opinião pública, em geral, para o prestigamento do cooperativismo, na forma do oferecimento de oportunidades claras, concretas e reais, à expansão do movimento cooperativista e à defesa das cooperativas, tanto de primeiro como de segundo graus, a fim de que elas possam prestar, na presente conjuntura, os serviços e benefícios esperados.

O Estado tem compromissos legais, e até constitucionais, assumidos com o desenvolvimento do cooperativismo, quando estabelece no artigo 160, da Carta Magna, no Capítulo da Ordem Econômica e Social, a harmonia e solidariedade

dade entre as categorias sociais de produção e a repressão aos abusos do poder econômico, caracterizado pelo domínio do mercado, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros”.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DAVID CHERIEGATE — Pois não, permito um aparte ao Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sr. Deputado David Cheriegate, a Mesa lamenta e informa a Vossa Excelência que, de acordo com o Regimento Interno, Vossa Excelência tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Gostaria de pedir ao Sr. Deputado Nilton Friedrich que gostaria de terminar este breve relato e depois nós poderíamos conceder o aparte a Vossa Excelência. (continua lendo):

“O que se impõe, portanto, é assegurar na prática princípios e postulados teoricamente proclamados, na forma do que estabelece a Lei Cooperativista 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que criou o Conselho Nacional de Cooperativismo, e deve funcionar junto do INCRA, com plena autonomia administrativa e financeira, constituído pelos ministérios do Planejamento, Fazenda, Interior, Agricultura e a Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB — Conselho esse que no entanto parece estar inativo, ou omissos na hora em que tanto se espera do cooperativismo brasileiro.

Urge, portanto, acioná-lo, para que ele se integre no elenco de medidas heróicas, que formam o pacote de combate à inflação, como um dos instrumentos essenciais para o aumento da produção e a defesa do produtor. Esse o sentido do nosso apelo, e a razão de nossa presença, hoje nesta tribuna.”

O Sr. Nilton Friedrich — Gostaria apenas de registrar que também entendemos que o cooperativismo é a única solução para a auto-suficiência agrícola do País, inclusive para a independência de nossa terra.

Exatamente, o quadro hoje do cooperativismo está dentro de uma moldura mal feita; as origens do cooperativismo estão diariamente sendo negadas.

Por essa razão, o princípio cooperativista, a filosofia do cooperativismo, todo o sistema cooperativo é que precisa, efetivamente ser estudado.

Ninguém no Brasil, entendo, poderia ser contra o cooperativismo e se for bom brasileiro e tiver a intenção de ver esta Pátria livre, no setor de auto-suficiência e independência econômica.

Mas, no entanto, até o cooperativismo da maneira que hoje está se implantando, transformar-se-á de fato, uma intermediação de maneira mais sofisticada. E aí é que me preocupo, porque o pequeno produtor está se afastando das cooperativas.

E assistimos agora, nesta safra precisamente, o prolongamento do que vem ocorrendo desde há alguns anos para cá, o cooperado se afastando das cooperativas, ou desviando a produção.

Por isso, devemos nos debruçar urgentemente com gente que conhece a classe cooperativista, que sabe, efetivamente, o que é a filosofia do cooperativismo. Então, há que se debruçar sobre essa realidade para que se corrija os gravíssimos erros que estão desvirtuando profundamente a grande qualidade do sistema cooperativista que existe no mundo inteiro, e aqui no Brasil, está sendo sepultado pela sua maneira de aplicação.

Muito obrigado.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta ao Movimento Democrático Brasileiro sobre se deseja

fazer uso da palavra, no horário que lhe é reservado.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“A incumbência que a Liderança da Bancada do MDB me confere nesta data, é motivo de alegria como também, de muita responsabilidade.

Dia do Trabalhador é dia de Profissão de Fé.

Os desfiles, as gincanas, os bailes, os torneios esportivos, os discursos, tudo perde valor e não tem maior sentido diante do compromisso maior: em uma sociedade hierarquicamente organizada, tudo deverá ser feito em função do Trabalhador!

Alegre estou e estamos muitos, ao saudar o Trabalhador e por saber que precisamos estar juntos.

A responsabilidade, entretanto, pode não permitir a transparência desse júbilo diante do quadro e da paisagem em que esta estrutura colocou o homem da produção.

O compromisso de qualquer partido político que pretenda ser majoritário e que pretenda conquistar o poder, só pode ser com os trabalhadores e seus direitos.

Este, o princípio fundamental da Democracia Política.

Determinados bens, oferecidos à sociedade, às vezes exigidos por ela, muitas vezes, são fundamentais e passam a ser inalienáveis na proporção em que se desenvolva esta mesma sociedade, calcada na produção de seus membros. Quem produz? Os trabalhadores, alugando sua mão-de-obra a um capital mais forte do que a efemeridade da força biológica e psicossocial de um operário. Aí está a resposta da Democracia Social: Educação, Cultura, Saúde, Habitação, Alimentação, Emprego, Remuneração, Aposentadoria, Seguro-desemprego, Lazer e Amparo extra-Familiar, são bens a cujo acesso homem algum pode impedir a cada criatura humana.

A força do trabalho é mais importante que a força do Capital. Uma é individual, humana, intelectual, moral, emocional, vocacional, cultural, criativa, inventiva, subjetiva e objetiva: este é o Trabalho, por que feito por uma imagem e semelhança de seu Criador, nas palavras bíblicas. Outra, como é? Individualista, fria, irracional, bruta, seca, determinista, maldosa, ambiciosa, definida, absorvente, aguerrida e destruidora: este é Capital, porque acumulado para se servir das necessidades sociais, levando às raízes do irracional o direito ao particular, despejando milhares de criaturas do mesmo direito, para fazê-lo prevalecer a favor de um oligopólio. Uma rede de lojas departamentais, exercendo este direito a favor de uma só família, foi o responsável pelo desaparecimento de vinte e sete mil empresas familiares e artesanais, retirando de vinte e sete mil trabalhadores o direito à propriedade, em nome da propriedade. Retirou o direito à livre iniciativa, em nome dela. Assim os oligopólios agem, esta é a sua mecânica.

Contra esta erosão catastrófica, ergue-se o princípio da Democracia Econômica.

Democracia Política, Democracia Social e Democracia Econômica são, tão somente, enfoques da Democracia.

Diante da Democracia, como encarar o Dia do Trabalho, eis a questão basililar?

Eis porque o compromisso de todo partido que pretenda ser majoritário e pretende o poder, deve ser com o Trabalhador.

Não basta apenas, que seus parlamentares ou executivos tenham tido uma origem proletária, muito bem exibida em campanhas eleitorais ou em “curriculum vitae”, como desencargo de consciência.

É preciso romper os laços com o privilégio. A exceção que este parlamentar ou este executivo representa não pode servir de justificativa a um sistema, injusto em si mesmo.

Este o desafio que o Dia do Trabalho lança à classe média.

Na sua proletarização gradual, lenta e inexorável, a classe

média deverá solidarizar-se aos anseios do trabalhador, jamais imaginar-se minoria esclarecida, tão esclarecida que, um dia, quem sabe, estará participando do banquete consumista e esbanjador da elite privilegiada. Instrumental e conhecimento para enxergar, com olhos grandes e admirados, os benefícios do vértice estreito da pirâmide social, não faltam a esta classe média, hoje trabalhadores de colarinho branco.

Esta classe média é, hoje, a segunda geração de uma estirpe de trabalhadores urbanos ou rurais, ou de empresários individuais ou artesanais, engolidos pelo crescimento dos módulos de propriedade agrícola ou mercantil.

No Dia do Trabalho ela é chamada para um grande compromisso de luta política.

O Trabalhador fala pelo seu Sindicato. Por ele, reivindica, estuda, se esclarece, opina. Com o Sindicato, o Trabalhador conquista.

Esta é a conquista legítima.

Por isso, está se formando uma verdadeira consciência sindical hoje. Longe do controle e do consentimento do cooperativismo fascista da "Carta del Lavoro", copiada pelo Estado Novo.

Longe do peleguismo, formado à penumbra de um organismo oficial de um sistema, formado pela elite e para ela operante. Longe dos torneios, realizados por Secretarias oficiais e quejandas. O novo, o verdadeiro sindicalismo brasileiro é aquele que ganha consciência na reflexão, no amadurecimento de uma luta de organização, de arregimentação e de reivindicação. De participação, acima de tudo. Aliando-se a quem queira falar a sua linguagem, sem paternalismo, sem piedade e sem menosprezo, mas com autenticidade, com participação com profundo respeito.

Assim é a igreja da libertação, assim seja o nosso MDB, tantas vezes tão longe do trabalhador e tão próximo ao capital.

Onde estávamos todos durante o prologado sufoco de quinze anos, ao sindicalismo autêntico, às vezes até dialogando com autênticos pelegos, mais agentes da repressão, do que da reivindicação?

Onde estávamos todos, quando assistíamos ao desmantelamento de sindicatos livremente organizados e ao esmagamento de suas lideranças?

Onde estávamos todos quando assistíamos pelegos participando do "modus vivendi" de uma elite consumista e esbanjadora, em nome mesmo da classe que diziam representar?

Onde estávamos todos quando assistíamos intervenções injustas de prepostos oficiais contra lideranças que tentavam ser autênticas, fugindo ao modelo de adulação, de adulteração e de bajulação imposto?

A História cobrará de cada um a sua posição, subjetiva nas intenções, Senhores Deputados, mas principalmente objetiva nas atitudes.

Onde estávamos todos quando se retirou do trabalhador, o direito à estabilidade, e em seu lugar foi criado o Fundo de Garantia por tempo de serviço, responsável pela alta rotatividade da mão-de-obra, e o seu conseqüente aviltamento, além de ser o grande fundo de garantia da construção civil e da indústria financeira, ao construir casas e apartamentos para a elite e para a pequena burguesia, deixando os trabalhadores com um "deficit" habitacional de dez milhões de unidades residenciais.

Onde estávamos todos quando assistíamos os recursos dos trabalhadores, do PIS e do PASEP, do INPS, do salário-educação, do imposto de renda retido na fonte, serem desviados para a recuperação do capital falido, das obras faraônicas desnecessárias, de fundo perdido, de ensino pago, de devastamento da Amazônia?

Onde estávamos todos quando se assistia a multinacio-

nalização de nossos campos, aceitando tecnologia e mercado externo, responsáveis pelo seu esvaziamento e inchamento das cidades que, tendo impressão de crescer, apenas aceitam mais comensais a uma mesa já magra?

Seja, pois, este Primeiro de Maio de 1979, o primeiro depois das trevas do Ato Institucional n.º 5, a reafirmação de um COMPROMISSO DE FÉ com o Trabalhador: queremos

- 1 - Sindicatos livres
- 2 - Uma C.L.T. voltada mesmo para o Trabalhador
- 3 - Justiça Social
- 4 - Democracia, presidindo a um novo Pacto Social.

Procuraremos a DEMOCRACIA e a JUSTIÇA dela advinda e o resto será dado de acréscimo.

O Sr. Nilton Friedrich - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. RENATO BERNARDI - Concedo o aparte ao Deputado Nilton Friedrich.

O Sr. Nilton Friedrich - Ilustre Deputado, na expressão de suas palavras, uma auto crítica de todos nós, pequenos burgueses, pretendentes da representatividade da voz do operariado nacional.

Mas lhe digo, Sr. Deputado, a radiografia que Vossa Excelência nos traz agora, "onde estávamos todos", quando todo esse quadro se pintou e se produziu, lhe digo, ilustre Deputado, estávamos ontem como estamos hoje, meia dúzia, ouvindo Vossa Excelência, acompanhando o que Vossa Excelência diz e, algumas meias dúzias no cochicho inconseqüente do servilismo oficialista que se instalou no País. Por esta razão, as coisas continuarão acontecendo como acontecem, enquanto muitos Parlamentares e, ainda incluo mais, dos dois partidos, estão aí assistindo a história passar; e, até me parece que valem aqui as palavras do poeta:

"O povo está às ruas; o MDB e a ARENA, principalmente, muitos dos seus membros, estão na janela e não viram nem o povo passar."

Ilustre Deputado, oxalá o Primeiro de Maio, ontem festejado seja realmente o quebrar dos grilhões do oficialismo, porque nós tivemos ontem, duas situações extremamente contraditórias mas também extremamente históricas - uma, a presença de Estado paternalista querendo fazer as festas do povo operariado; de outra, a afirmação de independência desse operário que foi em Nossa Senhora da Luz, na Praça que é do povo, que esteve no Estádio Vieira Euclides, em São Paulo, desprezando os sorteios festivos dos balões inflamados, dos Estádios Dourival de Brito ou Pacaembu.

Felizmente, nós estamos sentindo nascer o novo movimento sindical do Brasil, independente dessa classe aburguesada e subserviente desse sistema que foi o que mais explorou, que mais tirou o sangue do trabalhador brasileiro ao longo dos quinze anos de uma ditadura fiscal, uma ditadura salarial em que agora se pretende mais uma vez, conchamar o trabalhador para que ele participe do combate à inflação, jogando, inclusive, o seu salário como fator gerador dessa inflação; o ridículo se instala no País, quando nós sabemos que inflação não tem como causa geradora o salário. Se nós tivéssemos um aumento, neste ano, de cem por cento no Salário-Mínimo, nós teríamos, ao final de 1979, apenas 9,1% de aumento na inflação anual. Então, está na hora de Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, dos Ministros, desse malfadado sistema, sejam eles Ministros Bulhões, Roberto Campos, Simonsen, Delfim Neto ou tantos outros que talvez virão. É preciso que eles sintam que hoje é outra realidade, que ela vem da classe operária; ela vem e nós estamos assistindo ela vir, impávidos, porque continuando sendo aqueles e, aí, vale para esta Casa e para o Congresso Nacional, onde muitos se esquecem das suas verdadeiras responsabilidades e vale o início do seu pronunciamento - só se lembram do trabalhador quando chega o período eleitoral para ir aos palanques fazer apologia do

trabalho e dos trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Eu agradeço.

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Lamento informar a Vossa Excelência mas, Vossa Excelência tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. RENATO BERNARDI — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Sr. Deputado Nilton Friedrich, isto tem um valor de uma verdade absoluta, que a autocracia vigente neste País há quinze anos, assumiu para si a responsabilidade pessoal e exclusiva da condução dos negócios sociais, políticos, econômicos da Nação e, essa autocracia não tem o direito mas, tem o desprazer de vir a público e exigir do trabalhador, mais uma vez, a sua participação no reparo e na reparação nos erros brutais, grotescos, grosseiros que a política econômica e financeira dessa elite vem provocando neste País. Encerro meu tempo, concedendo aparte ao Sr. Deputado Lineu Turra. — (Sem revisão do orador).

O Sr. Lineu Turra — Deputado Renato Bernardi, os meus cumprimentos a Vossa Excelência por lembrar em tão boa hora da classe sofrida desta Pátria, e o meu aparte Deputado, é rápido, apenas para registrar a minha estranheza no pronunciamento de Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, quando se dirigia, ontem, aos trabalhadores. Ele não disse nada aos trabalhadores. Dia do Trabalhador e para os trabalhadores não disse nada, apenas que concedia na oportunidade aumento salarial de quarenta e cinco por cento sobre o salário mínimo, dizendo que não ia admitir qualquer movimento no sentido de que se reivindicassem além daquilo que ele estava oferecendo. Que os trabalhadores eram responsáveis pelo combate à inflação e teriam que responder, a qualquer custo com a fome própria e dos seus filhos e da sua família, com a miséria que está passando hoje o trabalhador brasileiro.

Veja Deputado Renato Bernardi que já foi registrado nas pesquisas deste País, que de 1951 a 1961, um trabalhador precisava trabalhar sessenta e cinco horas para adquirir os alimentos básicos. Hoje, ou em 1974 já não se diz hoje, 1974 já a pesquisa feita era de que um trabalhador precisava trabalhar cento e trinta e sete horas para adquirir os mesmos alimentos que ele adquiria em 1961.

Então nós estamos vendo o aperto cada vez maior que está sendo conduzida esta classe produtora da Nação.

É lamentável Sr. Deputado e queria registrar aqui a minha estranheza pelo pronunciamento vazio, seco e até indelicado do Sr. Presidente da República, quando além de oferecer um alento aos trabalhadores, ainda oferece uma ameaça para o futuro.

Muito obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço e concluo, Sr.

Presidente, dizendo ao eminente Deputado Lineu Turra, que enquanto essa autocracia entender o salário como fato econômico e não como um fato social, não tem condições também de dialogar com a classe trabalhadora.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Presidência registra com satisfação, a presença em nosso Plenário, do Sr. Levi Rosa dos Santos, Prefeito Municipal de Ibaiti.

Sobre a mesa, emenda à Constituição Estadual, devidamente apoiada, subscrita pelo Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

A Mesa recebe emendas durante os próximos três dias.

Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. — Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, Líder do MDB, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito da Universidade de Londrina. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 15/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 09/79, que aprova Termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação de Órgãos que especifica, e o Município de MOREIRA SALLES, objetivando obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 16/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriunda da Mensagem Governamental n.º 12/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de MIRASELVA, com a interveniência de Órgãos e objetivos que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 13/79, que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e diversos municípios nominados, objetivando execução de obras e serviços de emergência destinados a minorar efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante absorção de mão-de-obra naqueles municípios. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 17/79, que aprova os Termos Aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento, e os municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 79/78, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que cria no Município de SANTA HELENA, o Distrito Administrativo de São José, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., na forma do Substitutivo Geral, por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 79/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no Município de SANTA HELENA, o Distrito Administrativo de São José, com sede na localidade do mesmo nome, com as seguintes divisas:

Começa no arroio Boas Novas, onde o mesmo atravessa a divisa Sul da Fazenda Britania; por esta referida divisa no rumo Oeste Leste até o rio São Francisco Verdadeiro, subindo pelo mesmo rio até o Rio Quitéria, por este acima até a foz da primeira santa da margem esquerda; por esta sobe até à sua nascente onde em linha reta e numa linha seca alcança a cabe-

ceira do Córrego Apepú, por este abaixo até encontrar o Rio São Francisco Falso, Braço do Norte, por este abaixo até a foz do Córrego Serrinha, por este acima até sua nascente; dali em linha seca até a nascente do Arroio Boas Novas e por este arroio até a divisa Sul da Fazenda Britania, ponto de partida.

O Distrito Administrativo de São Clemente, de onde desmembra São José, ficará com os seguintes limites:

Começa no arroio Boas Novas onde o mesmo atravessa a divisa Sul da Fazenda Britania, subindo por este arroio até sua nascente dali em linha reta e numa linha seca, até a nascente do Córrego Serrinha, por este abaixo até a sua foz no Rio São Francisco Falso, Braço do Norte, por este abaixo até sua foz no Rio Paraná; por este acima até a foz do Rio Felicidade; por este acima até a divisa da Fazenda Britania e por este, rumo Oeste Leste até o arroio Boas Novas, ponto de partida.

Em razão do desmembramento pretendido o Distrito de São Clemente ficará com um número de habitações superior a cento e cinquenta e uma população aproximada de seis mil habitantes.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1978.

(a) EGON PUDELL.

JUSTIFICATIVA:

O crescente desenvolvimento porque vem passando o Município de Santa Helena, está a exigir uma transformação na sua estrutura administrativa.

Estrutura administrativa que deverá estar voltada para atender com melhores perspectivas o crescimento agrícola, econômico e social daquela comuna.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 79/78

PARECER

De autoria do nobre Deputado Egon Pudell, o presente projeto de lei visa criar no Município de Maria Helena, o Distrito Administrativo de São José, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

Analisando-se o processo através da documentação nele inserida, temos que de acordo com o Art. 9.^o e parágrafos, da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, (Lei Orgânica dos Municípios) estão preenchidos os requisitos essenciais para a criação do distrito.

Assim sendo, legal e constitucionalmente o projeto está em condições de merecer a sua aprovação por esta Casa, na forma do Substitutivo Geral, que atendendo a uma melhor técnica legislativa, apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1978

(aa) PAULO CAMARGO, Presidente;
DÁCIO LEONEL, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 79/78

Art. 1.^o — Fica criado no Município de Santa Helena, o Distrito Administrativo de São José, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

Começa no arroio Boas Novas, onde o mesmo atravessa a divisa Sul da Fazenda Britania; por essa referida divisa rumo Oeste Leste até o Rio São Francisco Verdadeiro, subindo pelo mesmo rio até o Rio Quitéria, por este acima até a foz da primeira santa da margem esquerda; por esta sobe até a sua nascente onde em linha reta e numa linha seca alcança a cabeceira do Córrego Apepú, por este abaixo até encontrar o Rio São Francisco Falso, Braço do Norte, por este abaixo até a foz do Córrego Serrinha; por este acima até a sua nascente; dali em linha seca até a nascente do arroio Boas Novas e por este

até a divisa Sul da Fazenda Britania, ponto de Partida.

Parágrafo Único — O Distrito Administrativo de São Clemente, de cujo território será desmembrado o Distrito de São José, permanecerá com as seguintes divisas:

Começa no arroio Boas Novas onde o mesmo atravessa a divisa Sul da Fazenda Britania, subindo por este até sua nascente dali em linha reta e numa linha seca, até a nascente do Córrego Serrinha, por este abaixo até a sua foz no Rio São Francisco Falso, Braço do Norte, por este abaixo até sua foz no Rio Paraná; por este acima até a foz do Rio Felicidade; por este acima até a divisa da Fazenda Britania e por este, rumo Oeste Leste até o arroio Boas Novas, ponto de partida.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1978

(a) DÁCIO LEONEL.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 79/78

PARECER

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Egon Pudell, visa criar no Município de Maria Helena, o Distrito Administrativo de São José, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

A douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o aspecto legal e constitucional da matéria, houve por bem opinar favoravelmente, apresentando Substitutivo Geral.

Com relação ao aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que nada há que possa obstar a tramitação normal da matéria.

Assim o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação através do Substitutivo Geral.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1979.

(aa) AGUINALDO PEREIRA LIMA, Presidente;
GABRIEL MANOEL, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 165/78, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. LIBERO MASSARI. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do Substitutivo Geral, por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 165/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — É concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. LIBERO MASSARI pelos seus relevantes serviços prestados em prol da coletividade paranaense.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Segundo informativo assinado pelo jornalista Azid Ahmed, o Sr. Getúlio Sales Sobral, Presidente da FAESE — Federação da Agricultura do Estado do Sergipe, dirigindo-se recentemente ao Presidente do INPAS, disse num discurso:

"Se amanhã algum tabaréu ou caipira deste imenso Brasil dirigir-se a Vossa Excelência, como Dr. Libero Massari -FUNRURAL-, não receba isso como lisonja grosseira, e sim como preito de profunda gratidão, expressada pela singeleza do homem do campo. É impossível falar de FUNRURAL no Brasil sem associar-se o seu nome ao de Líbero Massari".

Existem nomes de dirigentes que se confundem com os nomes dos órgãos dirigidos. A referência ao nome do titular de um órgão, como no caso, identifica o próprio órgão. Desde os mais inóspitos arraiais até às mais opulentas fazendas, o ho-

mem do sertão brasileiro devota ao FUNRURAL não apenas respeito, mas um carinho bem próprio ao seu espírito nativo. Um reconhecimento nacional aplaca, com justiça, o obstinado desempenho do Sr. Libero Massari na implantação da previdência social rural em nosso País. Ele acompanhou a criação do Programa Assistência ao Trabalhador Rural desde a sua concepção até a recente reforma administrativa do sistema previdenciário que, entre outras providências, extinguiu o FUNRURAL como órgão executor do Pro-Rural, mas não acabou com o programa, conforme tem sido exaustivamente explicado.

O Sr. Massari é um homem do campo em sua origem e, particularmente, nos seus hábitos. Filho de imigrante italiano, percorreu uma carreira inusitada no serviço privado. Começou a trabalhar com quatorze anos de idade, quando ainda cursava o Ginásio no Externato Marques, em São Paulo: era praticante na Contadoria Geral da Estrada de Ferro Sorocabana. Em sua juventude, fez de tudo um pouco: foi bancário, caixeiro-viajante, comerciante, encarregado da Secretaria na Associação Paulista de Imprensa, Chefe de Escritório da Cia. Bourroughs do Brasil (filial em São Paulo).

Habilitado em concurso na carreira de Fiscal, iniciou uma vitoriosa caminhada pelo serviço público federal, ingressando no antigo IAPI no dia 02 de janeiro de 1938, primeiro dia de funcionamento do então Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Nos seus quarenta anos de vida previdenciária, registra uma sucessão de acessos, especializações e promoções. No antigo IAPI, ascendeu a Oficial Graduado e, mais tarde, a Técnico de Previdência e Seguros (atual Técnico de Administração), tendo desempenhado, naquela instituição, a partir de 1941, vários cargos de confiança. Em dezembro de 1964, foi chamado a integrar o Grupo de Trabalho que administrou a Previdência Social Rural, no período inicial de sua implantação. Em 1966, foi Diretor do Departamento de Benefícios do INPS e, no ano seguinte, Assessor da Presidência do mesmo Instituto para Assuntos da Previdência Social Rural, sendo Diretor-Geral do FUNRURAL desde a sua criação até a sua extinção como autarquia vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

Em setembro de 1971, o Sr. Libero Massari foi designado pelo Governo Federal para representar o País na 6a. Reunião da Comissão de Trabalho nas Plantações-OIT, realizada em Genebra, Suíça.

O Presidente do IAPAS possui duas dezenas de títulos de Cidadania, sendo cinco deles de Estados (Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Paraíba e Minas Gerais).

Um título é guardado com particular carinho: o de Cidadão Benemérito de Itápolis, cidade paulista onde nasceu.

Condecorado, no grau de Comendador, com a Medalha do Mérito do Trabalho, o Sr. Libero Massari já foi agraciado com as seguintes Medalhas: da Inconfidência, concedida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, em abril de 1973; Comemorativa do Centenário da Morte do Poeta Fagundes Varela, pela Câmara Municipal de Rio Claro-RJ, em agosto de 1975; do Mérito Indigenista e Diploma Honoris Causa, pela Fundação Nacional do Índio, em abril de 1976; do Mérito Agrícola, pela Confederação Nacional da Agricultura, em setembro de 1976; Cavalheiro Gran-Cruz e respectivo diploma, concedido pelo Conselho da Estrela e Cruz de Honra ao Mérito Rural, em novembro de 1976, em São Paulo; Medalha de Pacificador, pelo Ministério do Exército, em novembro de 1976; e finalmente, agraciado com a Medalha da Ordem de Rio Branco, no grau de Comendador, por Decreto de 11 de abril de 1977, do Presidente da República.

Por estas razões, com satisfação propomos o presente plano de lei na certeza do apoio dos nobres Deputados desta Assembléia Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 165/78

PARECER

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, objetiva outorgar o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Libero Massari.

O plano de lei em epígrafe, está devidamente justificado, conforme preceitua o Art. 123, do Regimento Interno.

Quando ao aspecto legal e constitucional, nada há que possa impedir a sua tramitação por esta Casa.

A iniciativa em si é meritória e a justificativa que acompanha a proposição nos convence da sua oportunidade em homenagear com o título de cidadão paranaense, pessoa que muito tem contribuído em prol do nosso Estado no atendimento social ao setor agrário, na pessoa do homem do campo.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Substitutivo Geral, que anexo apresentamos, visando adequar a proposição numa técnica legislativa mais perfeita.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1978

(aa) MAURÍCIO FRUET, Presidente;

WALDENÍCIO BARBALHO, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 165/78

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor LIBERO MASSARI.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1978

(a) MAURÍCIO FRUET.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11/79, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que acresce inciso que especifica ao artigo 39 do Regimento Interno alterado pela Resolução n.º 49/76, de 18/06/76. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — O Art. 39 do Regimento Interno, alterado pela Resolução n.º 49/76, de 18 de junho de 1976, fica acrescido do inciso seguinte:

“Art. 39:
XVII — Cultura e Esportes”.

Art. 2.º — A Comissão de Cultura e Esportes é competente para opinar sobre matéria cultural ou esportiva, cabendo-lhe, também, difundir e estimular iniciativas e realizações desses setores de atividade.

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

É prática velha e salutar a adotada por esta Assembléia de manter suas comissões técnicas em número e atribuições que correspondam às das Secretarias de Estado do âmbito do Executivo.

Capacita-se o Legislativo, assim, a bem estudar e melhor fiscalizar toda a ação da administração estadual.

Tendo sido instituída, recentemente, a Secretaria Extraordinária de Cultura e Esportes é cabível e oportuna a criação, nesta Casa, do órgão técnico correspondente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11/79

PARECER

Pretende o nobre Deputado Erondy Silvério, com o projeto de que é autor, criar na Assembleia Legislativa aquela que seria sua décima sétima comissão técnica permanente - a de Cultura e Esportes.

Da oportunidade da iniciativa diz bem o autor - e nós endossamos - quando aponta a circunstância de que a cada Secretaria de Estado corresponde, neste Legislativo, uma comissão técnica. Criada a Secretaria de Cultura e Esportes, cumpre acionar, aqui, o órgão técnico equivalente.

Do ponto de vista legal nada obstaculiza o projeto de lei em exame, que merece, por isso mesmo, nosso parecer FAVORÁVEL.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 28 de março de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 19/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 22/79, que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de ARARUNA, JARDIM OLINDA, LOBATO e LUPIONÓPOLIS, datados de 15/02/79. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 20/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 27/79, que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com a intervenção de órgãos e objetivos que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 21/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 28/79, que aprova convênios de Auxílio e Cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses nominados, objetivando execução de obras e serviços de emergência destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a ligação asfáltica, interligando os Municípios de Goioerê-Rancho Alegre-Juranda. Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, objetivando a retificação de traçado na rodovia que liga a sede do Município de Catanduvas ao Distrito de Três Barras. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cherie-

gate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a retificação de traçado da rodovia que liga a sede do Município de Capitão Leônidas Marques ao Distrito de Boa Vista da Aparecida. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Indústria e do Comércio, consubstanciado em pedido de informações oficiais a respeito do Sistema Nacional de Emprego e também do DETEPAR. - Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo estudos para a instalação de uma extensão do ensino de 1.º grau, na localidade de Campina do Amoral, Município de Campo Mourão. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Federação Israelita do Paraná, pela passagem do 31.º aniversário da criação do Estado de Israel. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à "Folha de Londrina", pelo transcurso de seu 31.º aniversário. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Rádio Difusão S/A. - RADIPAR, no sentido de que informe sobre a situação da retransmissão de imagem e som de TV para a região Sudoeste do Estado. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a urgente pavimentação da Rodovia Campo Mourão-Cruzeiro do Oeste. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 3, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 79 e 165/78 e dos Projetos de Resolução n.º 11, 19, 20 e 21/79.

Marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 83/78 e 01, 18 e 19/79; e dos Projetos de Resolução n.ºs 05, 06, 07, 08, 09 e 10/79.

Levanta-se a sessão.

